

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de fevereiro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika Lopes, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 12, 19 e 20/12/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia, que, com certeza, vai fazer um belíssimo discurso.

A Sr.^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam as Galerias Paulo Jackson, vocês que fazem parte da movimentação que está ali fora, eu não entendi ainda direito o que é que é, mas podem contar com a minha solidariedade e o meu apoio porque eu sei que em qualquer luta do trabalhador é importante o apoio nosso.

Eu quero falar, presidente, um pouco sobre essa situação nacional. Essa questão da intervenção no Rio de Janeiro, eu acho que essa Casa precisa fazer essa discussão. Nós não podemos nos omitir diante dessa situação. Obviamente que o município de Camaçari já tem um interventor também, mas eu acho que nós precisamos entender o que é que está por trás disso, porque o presidente golpista, o Temer, no seu desespero de retirada de direitos dos trabalhadores, apelou para todos os lados tentando aprovar uma das últimas reformas dos horrores que eles estão aprontando nesse Brasil, que é a reforma da Previdência.

Como viu que não deu pé, inventou essa história da intervenção. Acho que essa intervenção e essa postura que o governo federal tem tido em relação à segurança no Brasil desmonta o discurso que a Oposição tem aqui de que a questão da segurança na Bahia... acho que o problema é maior, é mais embaixo, mas a gente não pode se furtar, deputado Líder da nossa bancada, Joseildo Ramos, desse debate, dessa discussão. Eu, realmente, tenho algumas preocupações.

Vi, ontem, no jornal *Tribuna da Bahia* um economista, Raul Veloso, dizendo que sem medidas fiscais... Depois que ele viu que não tinha condição de aprovar a reforma da Previdência, então inventou a história da intervenção, porque tem legalidades que agora só depois que acabar a intervenção para se votar, fazer alterações na nossa Constituição Federal.

Então é uma coisa preocupante. Agora, voltando para a história do economista, ele disse que sem medidas fiscais outros estados vão precisar de intervenção. Eu tenho preocupação porque vivi na minha juventude, nas ruas dessa cidade, lutando contra a ditadura militar. Eu acho que a liberdade é uma coisa fundamental... Fora, Temer!!! Você viu no Carnaval o que foi que fizeram com o seu Líder. A liberdade é fundamental na vida de qualquer país, a democracia. E nós estamos vendo, hoje, que a nossa democracia, a nossa liberdade, ela está ferida. Depois do golpe, as garras do capital financeiro, do capital internacional no Brasil, para pegar as nossas riquezas e destruir a nossa economia para canalizar tudo para os seus países, é uma coisa evidente. Só não enxerga quem não quer ou quem não entende de economia. Eu, mesmo não entendendo de economia, estou vendo aí, a olho nu, toda essa articulação do capital financeiro internacional, junto com os golpistas, para poder retirar, tomar as nossas riquezas, acabar com tudo nosso, e o nosso país voltar a ser uma colônia empobrecida, como já fomos tantas e tantas vezes.

Quando iniciamos essa transformação e essa pequena mudança na vida do brasileiro, que foram 8 anos do governo Lula e mais 4 anos do governo Dilma, nós vimos os enfrentamentos, as distorções, as invenções, até chegaram aonde chegamos agora, não é? Então, eu acho que esta Casa precisa, deputados que estão aqui presentes – não estou entendendo, inclusive, por que a ausência de todo mundo hoje neste Plenário –, mas a gente precisa, realmente, tomar pé dessa situação.

Camaçari tem lá um interventor, não é militar, mas está intervindo nos destinos do nosso município e está também com muitos problemas e com muitas dificuldades. Eu vou ter que falar em outra hora sobre a situação do meu município, porque o meu tempo é curto, mas eu queria chamar a atenção desta Casa para essa questão.

Nós estamos, realmente, num momento de muito perigo, de muito risco, porque a retirada de direitos e agora essa postura de se intervir militarmente, abrindo-se mão... a desmoralização que foi para o governador do Rio é uma coisa muito grande, não é? Ele foi eleito e abriu mão para uma parte do seu governo ser mandada pelas forças militares, pelo Exército Brasileiro.

Então eu queria chamar a atenção aqui dos nossos queridos deputados, e se a sessão continuar, eu tenho mais algumas questões para falar, mas vou ficando por aqui.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Targino Machado, pela ordem.

O Sr. Targino Machado:- Caro presidente Carlos Geilson, eu quero fazer a V. Ex.^a, que preside a sessão neste momento, uma indagação: por que foi bloqueado o acesso daqueles jovens que prestaram concurso para a Polícia Militar? Há um contingente de pelo menos 300 aí fora, e selecionaram apenas 12 ou 14 para lhes permitir a entrada na tribuna sob a alegação de que existem outras pessoas interessadas em ocupar as cadeiras. Se o problema for cadeira, tem de sobra aqui, embora apareçam no painel eletrônico 44 presentes.

Eu quero que V. Ex.^a informe a este Plenário, para que fique consignado nos Anais da Casa, de quem foi a ordem para proibir a entrada desses jovens. O que eles querem, pacificamente, é apresentar aqui, aos Srs. Deputados, o seu pleito, que interessa muito à Bahia e aos baianos, justamente neste estado que acumula os piores índices de insegurança pública. É isso que eu quero de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Meu caro deputado Targino, essa ordem não partiu desta presidência, mas, diante da sua indagação, vamos procurar saber e daqui a pouquinho vamos passar a informação para V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado:- V. Ex.^a está presidindo, V. Ex.^a é da Mesa, está presidindo! V. Ex.^a tem envergadura pessoal, estatura moral e competência legal, inclusive, para dar a ordem para que abram e permitam o acesso, sem superlotação, naturalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu estou apenas colocando o que V. Ex.^a indagou: de onde partiu a ordem. Eu estou dizendo que não partiu desta presidência.

O Sr. Targino Machado:- E eu estou pedindo a V. Ex.^a, que tem todos os predicados que aqui aponte, inclusive a competência, porque é da Mesa Diretora e preside a sessão neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado, daqui a pouquinho passo a informação para V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado José Raimundo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa, os colaboradores aqui da Mesa, Sr. Presidente Carlos Geilson, que preside esta sessão, nesta breve intervenção eu trago algumas considerações, alguns registros, que eu considero muito importantes para o Brasil, para a Bahia e para a minha região.

Naturalmente, a primeira observação, a primeira consideração é em relação a esse quadro nacional que estamos vivendo, com mais uma medida tresloucada do presidente Temer, que foi a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. Os analistas, os especialistas em segurança pública, os estudiosos, os centros de pesquisa que acompanham os indicadores da segurança pública, de forma unânime, manifestam a preocupação de que, embora a situação do Rio de Janeiro seja caótica e mereça toda a preocupação do Parlamento e das instituições políticas, na verdade, a medida do Temer é uma medida demagógica que procura esconder o caos do seu governo. E, mais do que isso, pode estar colocando em risco a democracia brasileira, porque, ainda que vivenciando uma crise de legitimidade, as instituições precisam funcionar, as assembleias legislativas, as câmaras de vereadores, o Congresso Nacional, o Judiciário e, sobretudo, as instituições de segurança pública.

Essa medida do Temer desmoraliza, de certa maneira, todo o aparato que se montou no Rio de Janeiro em torno da segurança pública e abre um vazio, uma indagação, porque nós não sabemos onde irá parar. Mas tem por baixo do pano também a fuga do golpe, que... mais um golpe ao povo brasileiro, que é a votação da reforma da Previdência que estava marcada para esta semana. E com essa medida, constitucionalmente fica impossível de ser votada a questão da Previdência.

Então, eu gostaria de deixar claro que o nosso mandato – eu, o deputado federal Waldenor Pereira, os nossos companheiros da Bancada do Partido dos Trabalhadores, os parlamentares da Bahia que estão com o governador Rui Costa – quer exatamente medidas que fortaleçam as instituições policiais para fortalecer a cidadania, e não para esconder um verdadeiro biombo, que é esse caso do Rio de Janeiro. Então, esse é o primeiro registro. Estaremos na luta em defesa da democracia e pelo fortalecimento de uma segurança pública que prime pela cidadania e pela garantia dos direitos do cidadão.

A outra observação que faço rapidamente, Sr. Presidente, é parabenizar o governador Rui Costa por tantas e tantas obras que vem realizando na Bahia, como foi o caso da Avenida Mário Sérgio, que inaugurou, infelizmente, com o campo de jogo com alguns problemas, mas é uma grande obra que vai favorecer toda a capital da Bahia e do seu entorno.

Da mesma forma, o governador vem trabalhando no interior. Quero parabenizá-lo pelo anúncio da licitação que vai fazer para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória da Conquista. A obra do terminal de passageiro está sendo concluída, a obra do acesso ao aeroporto também já foi anunciada, e agora o governador já preanuncia a contratação da empresa concessionária que vai explorar os serviços do nosso aeroporto, inclusive com a compra de equipamentos, inclusive o ILS, que é o equipamento que permite a aproximação das aeronaves através de rádio e deixa as aeronaves a aproximadamente 30 metros da pista.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Portanto, teremos o fim da improvisação que, muitas vezes, as aeronaves são obrigadas a sofrer em Vitória da Conquista. O governador já preanunciou.

E quero também parabenizar o governador pela presença da equipe de saúde para rastreamento do câncer de mama, que vai acontecer do dia 26 de fevereiro até o dia 14 de março. Vamos atender aproximadamente 30 mil mulheres na faixa de 50 a 60 anos, que é o contingente de Vitória da Conquista,...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) para prevenir o câncer e dar dignidade às nossas mulheres, que precisam da assistência do SUS, Sr. Presidente.

Eram nossas considerações nesta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Um minutinho só, deputado Bira Corôa. Só para responder ao deputado Targino Machado: nós temos 70 lugares nas Galerias, temos cerca de 300 pessoas querendo adentrar o Plenário. A segurança já está orientada: todos terão acesso, agora, na medida que o número for comportado pelas nossas cadeiras. Então pode até ter um revezamento entre aqueles que queiram assistir à sessão. Está certo? Já está equacionado, tudo resolvido.

Próximo orador inscrito, nobre... Aliás, perdão, deputado Targino, Bira Corôa pediu uma questão de ordem.

Pois não, deputado Bira.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, a questão de ordem é para solicitar a verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Pablo Barrozo para contraditar a questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, nós acabamos de vir, em janeiro, de um período de recesso onde a maioria dos parlamentares, a grande maioria, tenho certeza, trabalharam, mas não tínhamos a obrigação regimental. E esta Casa, por regra, não funcionou em janeiro, como em todas as Casas, para que os parlamentares visitassem as suas bases, tirassem as férias, cada um com o seu motivo. Passou-se o Carnaval, o ano começou, nós estamos aqui numa terça-feira, principal dia de discussão de

projetos, de debates dos temas da Bahia, e o meu colega deputado Bira Corôa pede, numa questão de ordem, a verificação de quórum para que, provavelmente, a sessão caia.

Homens, mulheres, brancos e negros – já que o Partido dos Trabalhadores durante anos fez essa distinção e quis separar os brasileiros e os baianos –, enfim, todos os baianos que estão aqui representados nessas Galerias para nos assistir, incomoda ao Partido dos Trabalhadores, responsável pelos tantos baianos mortos durante esses anos nas ruas da nossa cidade, de Salvador e da Bahia, ter pessoas de fora aqui na Casa do Povo para assistir a esta sessão plenária. Eu quero perguntar, quero saber do deputado Bira Corôa: qual é o medo de discutirmos aqui a segurança pública do estado da Bahia? O que estamos fazendo aqui? Para que eu saí de minha casa, me engravatei e vim para cá discutir a segurança pública do estado da Bahia, que tanto tem incomodado o Brasil e a Bahia na maioria das vezes? Se você for comparar o número de baianos mortos com o de cariocas, verá que nós baianos estamos sofrendo muito mais que os cariocas.

Portanto, deputado Bira, V. Ex.^a, que, ao pedir regimentalmente que se conte os deputados presentes, quer que a sessão caia neste momento, aproveite caso a sessão venha a cair. Vá ao governador e diga a ele: “Governador, deixe de ser orgulhoso! Trabalhe mais, insista mais, aprove... invista mais em segurança pública, deixe de gastar dinheiro com propaganda enganosa e chame os concursados da Segurança Pública porque nós baianos precisamos de mais policiais nas ruas, nós baianos precisamos de mais respeito”. Peça lá!

E, por favor, peça ao governador também que solicite ao presidente da República que faça uma intervenção aqui no estado da Bahia, porque a segurança pública aqui já se perdeu há muito tempo. Todos nós sabemos que não andamos mais nas ruas tranquilos, nós hoje somos cuidados pelos bandidos. Os bandidos hoje estão soltos nas ruas, e as pessoas de bem presas em suas casas. Nós passamos anos, e esses anos coincidem com os governos sucessivos do PT aqui na Bahia, porque não tem responsabilidade com o povo. E um governo que não cuida da saúde e da segurança pública não pode cuidar de nenhum baiano.

Portanto, deputado Bira, lamento um pedido nesse sentido na sua questão de ordem porque passamos todo o mês de janeiro distantes desta Casa, pelo menos deste Plenário, já que nesta Casa a maioria dos deputados se fizeram presentes, mesmo no mês de recesso. Estamos aqui na segunda semana de trabalho, porque a primeira foi enforcada pelo Carnaval, a discutir sobre a Bahia, a prestar conta aos baianos, e V. Ex.^a, que está fazendo uso da voz do Partido dos Trabalhadores, uso da voz do governador Rui Costa, que tem essa responsabilidade... E não adianta ele fugir como fugiu quando aconteceu o problema da lancha Mar Grande-Salvador, quando se escondeu feito rato. O governador Rui Costa está fugindo do debate com relação à segurança pública da Bahia.

Convoque os concursados, invista mais em segurança e peça a intervenção, porque nós não podemos ficar aqui sofrendo mais do que o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro está tomando as providências, e nós aqui nos escondendo. (Palmas)

Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir a verificação de quórum nominal, que V. Ex.^a fizesse uso da presidência e do Regimento para proceder a essa verificação de quórum nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., abra-se o tempo de 15 minutos, por favor...

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Marcelo Nilo:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Um minutinho só, deixem abrir os 15 minutos aqui.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vamos lá, eu quero que a Mesa... porque eu não vi aqui quem foi que pediu pela ordem primeiro.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Rosemberg, Bira e Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Quem pode me ajudar aí?

O Sr. Bira Corôa:- Presidente...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Rosemberg, Bira e Marcelo Nilo.

O Sr. Bira Corôa:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Rosemberg, Bira...

O Sr. Bira Corôa:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu vou pedir, então, à Mesa que me ajude porque vários pediram ao mesmo tempo...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, arguindo o art. 33, inciso I, eu quero fazer uma comunicação inadiável: pode ser a qualquer tempo desde que não exista orador na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Nós estamos com...

O Sr. Targino Machado:- São 10 minutos, Excelência.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O.k., deixa!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu quero... veja só, deputado, eu quero aqui esclarecer com a Mesa...

O Sr. Rosemberg Pinto:- O.k., está certo, ele está correto! Ele é o Líder, ele é Líder.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deixem-me consultar a Mesa aqui. Deixem-me consultar a Mesa aqui.

O Sr. Targino Machado:- Se a questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V. Ex.^a está no exercício da Liderança?

O Sr. Targino Machado:- Estou.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então está deferida a comunicação inadiável. Em seguida, abrem-se os 15 minutos, então.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, por favor, suspenda o tempo da... Abra o tempo da comunicação inadiável.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, isso, regimentalmente, não. Depois abre-se a questão de ordem...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores nas Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho dar ciência a esta Casa de que fui notificado no dia 5 passado como representado numa representação criminal de autoria do Sr. Maurício Teles Barbosa, secretário da Segurança Pública da Bahia.

O fato que deu ensejo à representação foi um discurso que proferi na tribuna deste Parlamento em 30 de agosto do ano passado. De fato, o discurso existiu, e não retiro uma palavra do que disse, pois as minhas palavras foram tradutoras de críticas ao gestor da segurança pública no estado, não com o intuito de atingir pessoa. Aliás, as críticas que fiz estão amparadas em farta prova documental que anexamos no dia de hoje ao processo.

Não sou litigante temerário, não sou leviano. Ocorre que recebi farta documentação apontando ilícito na gestão do Sr. Secretário Maurício Barbosa e tinha que cumprir o meu múnus parlamentar sob pena de prevaricar. As denúncias citadas me foram trazidas em mais de 4 mil laudas.

No dia hoje, finda o prazo concedido pela ilustre desembargadora relatora para apresentar resposta.

Após minha notificação, pesquisei bastante e quero trazer aos meus dignos pares a minha humilde opinião a respeito do assunto. Eu gostaria até de pedir que os meus dignos pares me ouvissem. Deputado Pablo Barrozo, eu gostaria de pedir que os senhores prestassem atenção, porque eu vou me dirigir a V. Ex.^{as} agora. As imunidades parlamentares – a material, trazida no caput do art. 53, e a formal, trazida no art. 53, §§ 2º a 5º – são prerrogativas e vedações constitucionais previstas pela Carta Magna aos membros do Poder Legislativo. São garantias de existência e independência do próprio Parlamento. São estas prerrogativas concedidas aos parlamentares para o exercício da sua atividade com a mais ampla liberdade de manifestação por meio de palavras, discussões, debates e voto.

Sendo assim, os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer das suas opiniões, palavras e voto. É o que prescreve a Constituição. A inviolabilidade atinge os atos aparentemente ilícitos, de natureza penal e civil, garantindo a plena liberdade de atuação do parlamentar.

Seguindo essa trilha de pensamento, arrisco-me a dizer que a imunidade parlamentar que ora quer atacar, através de representação criminal, o Sr. Maurício Barbosa, de fato, não pertence aos parlamentares. Em vez disso, pertence, a imunidade, ao povo, aos eleitores que precisam ser representados pelos mandatos daqueles deputados...

(Tumulto no Plenário.)

Ordem! Sr. Presidente, ordem, por favor, no Plenário!

O Sr. José de Arimateia:- Sr. Presidente, há um orador na tribuna, Sr...!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Tem um orador na tribuna.

O Sr. Targino Machado:- (...) Como poderia eu bem representar o conjunto dos meus eleitores se tivesse apontada para a minha cabeça a espada ameaçadora das ações civil e penal?

Então refirmo: a imunidade parlamentar que ora aqui trato, na verdade, é uma proteção do povo contra os que se desviam, se corrompem. E preciso denunciar: a imunidade parlamentar é uma arma da democracia! É um instrumento da democracia!

Quero me reportar a uma manifestação do ministro Luiz Fux a respeito desse tema pela qual ele bem coloca, abre aspas para o ministro Luiz Fux: “(...) *O âmbito de abrangência da cláusula constitucional de imunidade parlamentar material, prevista no art. 53 da Constituição, tem sido construído por esta Corte à luz de dois parâmetros de aplicação. Quando em causa atos praticados no recinto do Parlamento, a referida imunidade assume contornos absolutos, de modo que a manifestação assim proferida não é capaz de dar lugar a qualquer tipo de responsabilidade civil ou penal.*” Fecha aspas para o ministro Luiz Fux.

Reitero que não retiro uma palavra do que disse, pois o meu objetivo foi criticar atos de um gestor de secretaria de estado, tão importante para a vida dos baianos, e não atingir a pessoa.

O meu objetivo neste Parlamento é o de bem representar, sem amarras, sem medo e, unicamente, pensando em bem representar o conjunto dos meus eleitores. Não há dúvida de que a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia, quanto a esta representação criminal, será tradutora de justiça. Creio que as provas documentais, encartadas através do nosso advogado, serão dissecadas pela ilustre desembargadora relatora para produzir alguma decisão, antes de produzir alguma decisão.

Quem sabe esta seja uma oportunidade para se fazer as mudanças na Secretaria da Segurança Pública da Bahia que tanto querem e clamam os baianos.

Concluo convicto de que, no deslinde desta querela, o Parlamento da Bahia sairá maior. Os meus ilustres pares terão a compreensão de liberdade para bem representar os senhores e senhoras que nos assistem.

Aproveito o momento para deixar aqui assentada a minha convicção. Luto e lutarei sempre pela imunidade preconizada no caput do art. 53 da Constituição Federal: “*Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.*” Mas, também, luto...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado.

O Sr. Targino Machado:- Foram 10 minutos, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Já passou.

O Sr. Targino Machado:- Não, quando eles marcaram já estava com 13. Quando marcou, estava com 13 minutos. (...) Mas, também, luto e lutarei sempre...

V. Ex.^a deveria ter cronometrado corretamente.

Mas, também, luto e lutarei sempre e incansavelmente, contra a impunidade dos parlamentares e outras autoridades trazidas por um foro privilegiado ou qualquer outro expediente.

Viva ao Parlamento! Viva à Justiça livre! Viva à democracia! Salve a Constituição! Estou pedindo ao Tribunal de Justiça a exceção da verdade para provar que tudo o que eu disse aqui do secretário da Segurança Pública ainda é pouco. Eu não consegui dizer tudo que aqui está assentado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pelo final do tempo, eu já decidi...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Um minutinho só, deputado.

(...) Eu já decidi. De acordo com o Regimento, cabe a esta presidência decidir, há um equívoco, há uma indecisão, está decidido, pelo restante do tempo, o deputado Rosenberg Pinto. Em seguida, se não houver número regimental, a sessão se encerra.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao deputado Targino que o secretário da Segurança Pública pode ter todos os defeitos – e todo ser humano deve ter defeitos –, mas se trata de um profissional respeitado, um profissional que tem serviços prestados à sociedade brasileira, à sociedade baiana. Quero, no entanto, dizer ao deputado Pablo que eu não acho, o senhor me conhece, não acho que deve ter nenhuma alcunha a qualquer tipo de ser humano. V. Ex.^a disse que o governador Rui Costa se escondeu como rato. Nem na época de Antonio Carlos Magalhães, que era conhecido nacionalmente como rato, eu o tratei dessa maneira, pelo respeito que tenho às pessoas, mesmo entendendo as diferenças de opinião.

Então eu quero aqui dizer que o governador Rui Costa é o governador que mais fez contratações em todos os segmentos. É verdade que eu... e eu defendo a contratação de todos os profissionais. Já me procuraram aqui, e recebi os profissionais, entendendo a importância de ampliar o efetivo. Não é contrária essa posição. E temos discutido isso com o governador, para que, no momento em que se possa sair do limite prudencial, se possa ampliar a contratação de pessoas em todos os segmentos: na área da educação, na área do serviço público, na área da segurança pública, em todas as áreas nós temos que fazer isso.

Agora, é natural. Nós temos que trabalhar, nós não podemos fazer como estão fazendo os outros estados, os estados que não conseguem pagar sequer seus servidores em dia. A maioria dos estados brasileiros não tem condição de pagar o 13º dos servidores, não está pagando o salário em dia, está pagando metade de salário. Mas a Bahia consegue executar o pagamento dos seus servidores em dia, sem atrasar um dia sequer.

Então eu quero aqui dizer o seguinte: o governador Rui Costa faz um trabalho excelente na Bahia. E é por isso, deputado Pablo, que ele foi considerado o governador número um do Brasil ao garantir aquilo que prometeu em campanha. É o governador Rui Costa quem tem feito as maiores ações. E, agora, esta semana, é o segundo estado em maior investimento no país, só perdendo para o estado de São Paulo, pelo segundo ano consecutivo. Ou seja, os fatos estão aí. E é por isso, na minha opinião, que nós vamos ter uma eleição na qual só terá um lado de uma

candidatura, porque esse outro lado não tem sequer condição de fazer essa disputa, porque a sociedade tem demonstrado a vontade de manter o governador Rui Costa...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- (...) para manter a Bahia equilibrada, manter a Bahia da forma que ela se encontra: uma Bahia que é a Bahia de todos, que é a Bahia dos baianos e das baianas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.